



<https://doi.org/10.36592/opiniaofilosofica.v12.1046>

## **Entre máquinas desejantes e máquinas de guerra: concepções de fascismo em *O anti-Édipo* e *Mil platôs*<sup>1</sup>**

*Between desiring machines and war machines: conceptions of  
fascism in *Anti-Oedipus* and in *A Thousand Plateaus**

Felipe Fortes<sup>2</sup>

Emerson Pirola<sup>3</sup>

### **Resumo**

O artigo propõe uma análise conceitual introdutória ao problema do fascismo da forma em que este é desenvolvido nos dois volumes de *Capitalismo e esquizofrenia*, de Deleuze & Guattari. Um dos méritos da abordagem deleuze-guattariana, alinhada à tradição da “servidão voluntária”, é abordar a problemática do fascismo como um fenômeno desejante, sendo o desejo o motor de produção do campo social. No entanto, há uma mudança de tom na passagem de um volume a outro em relação à problemática do desejo, e daí deriva uma transformação na conceitualização do fascismo: Em *O anti-Édipo* o fascismo é entendido como um desvio das forças produtivas do desejo, através da inserção, no corpo do desejo, de fragmentos de códigos arcaicos trabalhando em uma reterritorialização em favor do e pelo *socius*: para conter uma desterritorialização absoluta do desejo que libertaria o campo social e a produção desejante do *socius*, se introduzem elementos de reterritorialização que impedem que o desejo atinja seu potencial de dissolução do *socius*. Já em *Mil Platôs*, junto a uma tomada da problemática do microfascismo como fenômeno molecular do desejo, temos uma análise que modifica os eixos da investigação: a partir de uma inversão da relação entre máquina de guerra e aparelho de Estado, temos a situação peculiar em que o Estado é tomado por uma máquina de guerra revolucionária fascista, isso é, o Estado é tomado por uma linha de destruição total e tem seus aparelhos de captura e aparatos burocráticos impregnados por um desejo fascista que tem na destruição “pura e simples” seu único fim tendencial, resultando em um Estado suicidário. Com estes desenvolvimentos conceituais podemos nos perguntar: quais as relações entre fascismo e Estado? Na mesma medida, é o caso de entender o que contemporaneamente vem sendo chamado de “neo-fascismo” dentro do quadro

<sup>1</sup> O presente artigo é uma versão revisada e levemente modificada do capítulo terceiro do livro *Fascismos: leituras, montagens e agenciamentos*, organizado por Augusto Jobim do Amaral e Cássia Fielder (2021). O texto (e o livro) é fruto, inicialmente, do seminário “Introdução à Economia Libidinal do Fascismo”, conduzido pelo Prof. Jobim no Programa de Pós-Graduação em Filosofia da PUCRS em 2020/01.

<sup>2</sup> Doutorando em Filosofia pelo PPG-Fil. PUCRS. Bolsista CAPES.

E-mail: lesubversifguy@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5445-2585>

<sup>3</sup> Doutorando em Filosofia pelo PPG-Fil. PUCRS. Bolsista CAPES.

E-mail: emerson.pirola@acad.pucrs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2899-9103>

geral chamado por Deleuze & Guattari de pós-fascismo e, com isso, postular tanto um possível devir-fascista global quanto apontar alguns cuidados para evitá-lo e enfrentá-lo.

Palavras-chave: Fascismo. máquinas desejanter. máquina de guerra. Deleuze & Guattari. Estado.

### **Abstract**

The paper proposes an introductory conceptual analysis to the problem of fascism as it is developed in the two volumes of *Capitalism and schizophrenia*, by Deleuze & Guattari. One of the merits of the deleuze-guattarian approach, in line with the “voluntary servitude” tradition, is that it addresses the problem of fascism as a desiring phenomenon, with desire being the motor of the production of and in the social field. In the passage of one volume to the other there is, however, a change of tone in relation to the desiring problematics, and from this derives a transformation in the conceptualization of fascism: In *Anti-Oedipus* fascism is understood as a “deviation” of the productive forces of desire through the insertion, in the body of desire, of fragments of archaic codes working in a reterritorialization in favor of and for the *socius*: in order to contain an absolute deterritorialization of desire that would liberate the social field and the desiring production from the *socius*, elements of reterritorialization are introduced that blocks desire and prevent it from reaching its potential for dissolution of the *socius*. In *A Thousand Plateaus*, on the other hand, in addition an analysis of the problem of microfascism as a molecular desiring phenomenon, we have an analysis that modify the axes of the research: from an inversion of the relationship between the war machine and the State apparatus, we have the peculiar situation where the State is taken by a revolutionary fascist war machine, that is, the State is taken by a line of total destruction and has its capture and bureaucratic apparatuses impregnated by a fascist desire that has in the “pure and simple” destruction its unique tendential goal, resulting in a Suicidal State. With all those conceptual developments we can ask ourselves: what are the relationships between fascism and State? In the same way, it is the case of understanding what is currently being called “neo-fascism” within the framework proposed by Deleuze and Guattari and with what they called post-fascism, and, finally, postulating both a global fascist-becoming and pointing out some precautions for avoid it and face it.

Keywords: Fascism. desiring machines. war machine. Deleuze & Guattari. State.

### **Introdução**

Como colocar, hoje, o problema do fascismo? Podemos começar afirmando o corrente, no qual o fascismo é um problema presente, um problema de nosso tempo. Assim, estaríamos dizendo que determinadas condições que proporcionaram o(s) fascismo(s) ressurgiram e que, agora, é a nossa vez de combater e enfrentar seus perigos? No entanto, não terá sido sempre assim? Isto é, o fascismo não é sempre uma ameaça presente, um perigo constante, mesmo entre nossos “camaradas”,

“companheiros”, entre nossas alianças políticas óbvias? Seguindo essa linha do problema não devemos, então, simplesmente afirmar que o fascismo e suas variações retornaram — como se estivessem ausentes — e que uma determinada conjunção de acontecimentos bastou para chocar o ovo da serpente, atualizando um tipo de estrutura histórica nacionalista, italiana ou alemã, enraizada agora com novas cores “canarinhas” verdes e amarelas ou com bonés vermelhos estampados em tinta branca: “*Make America Great Again*”. Nem mesmo queremos dizer, quando falamos em um problema presente, que o fascismo é uma espécie de espectro ou virtualidade que nos assombra “de fora”, como um vulto atrás da porta, apavorando as nossas ações, ou mesmo como um vizinho da casa ao lado, à direita ou à esquerda, que espiona e liga para a polícia impedindo que a festa continue depois das dez e meia. Sem necessidade de confissões, a polícia somos nós e os fascistas, mesmo os carnavalescos, também.

O que significa afirmar que “nós” somos fascistas? Ou, melhor, que o fascismo sempre está entre nós? Em primeiro lugar, que o fascismo não é (ou não se reduz a) um fenômeno social historicamente, isto é, cronológica e contextualmente, localizado e datado, como um quadro estático nos corredores mofados do museu da história. O fascismo é um fenômeno social que nunca foi superado, vencido ou eliminado da constituição porosa do corpo social moderno. Colocando didaticamente, e ainda fora da conceitualização própria dos autores centrais de nossa investigação, o fascismo é antes estrutural do que histórico, e, nesse sentido, talvez ele nem possa ser simplesmente “superado”. A partir da abordagem deleuze-guattariana, que seguimos neste estudo, essa é uma das primeiras lições que tiramos: o fascismo é um problema que remete, em primeiro lugar, ao desejo, a uma espécie de economia libidinal ou desejante que pode (ou não) se desenvolver até se tornar um fenômeno macropolítico. Está sugerido, a partir desse programa, entender qual é a dificuldade, mesmo entre os discursos de classe antifascistas, em diagnosticar a relação entre a dimensão desejante e a adesão libidinal das massas — que vai do “tioção de churrasco” ao “esquerdo-macho de camiseta vermelha” — à produção do fascismo como um fenômeno multifacetado, espalhado em camadas pelo corpo social.

O fascismo não é “histórico” no sentido de um fenômeno que já aconteceu, como alertam, na introdução de um livro-coletânea que busca estudar o fascismo por uma ótica deleuzeana e foucaultiana, os editores Brad Evans e Julian Reid

(2013). Eles criticam como síndrome do pós-guerra a ideologia liberal “política e moral” de que os aliados teriam derrotado o fascismo e que este tenha sido um acontecimento histórico restrito à Itália de Mussolini e à Alemanha hitlerista, afirmando que “o problema do fascismo hoje não pode ser simplesmente tratado como aquele do retorno potencial ou variável da reconstituição do fascismo, como se o fascismo alguma vez tivesse, ou pudesse, ‘desaparecer’, apenas para retornar e ser feito novamente, como alguma figura espectral do passado”<sup>4</sup> (EVANS & REID, 2013, p. 13). Em segundo lugar, a problemática do fascismo não está contida dentro de uma dimensão puramente ideológica que separa “eles” e “nós” e, nesse sentido, mesmo algumas leituras ligeiras de Deleuze & Guattari reintroduzem uma espécie de ideologia ao propor um recorte prévio entre dois tipos de espaços ou funcionamentos que, nessa ótica, são dados ideal ou representacionalmente antes mesmo de serem constituídos em sua simultaneidade e mistura: isso é, um recorte entre um espaço “estriado”, “segmentário” que seria de uma natureza essencialmente fascista, separado, por sua vez, de um tipo de espaço de outra natureza, “liso” e próprio do não-fascismo ou dos devires revolucionários: de um lado, os fascistas, do outro, “nós”, os revolucionários — como se Deleuze & Guattari não trabalhassem nas margens borradas, limites e limiares de todos os tipos de espaços que se mesclam e exigem um verdadeiro trabalho esquizoanalítico de “desemaranhar o fio” (D. & G., 2010 [1972]<sup>5</sup>, p. 144) invisível do desejo: ir além das “superestruturas ideológicas” e penetrar na matriz produtiva e “infraestrutural” do campo de imanência desejante.

Mesmo que um campo de imanência seja, de fato, um campo de poder, isto é, um plano em que relações de poder se constituem e se cristalizam, não podemos aceitar a tese mais forte de Evans e Reid, na qual o fascismo é não apenas equivalente, mas a base das relações de poder que, assim, são análogas à todas as relações do campo político e da própria vida: o fascismo, segundo os autores “deve ser entendido como elementar não apenas à vida política, mas à vida mesma. Relações, fundamentalmente entendidas, em todas as suas variações sem fim, são simplesmente fascistas” (EVANS & REID, 2013, p. 13). Que o fascismo seja

---

<sup>4</sup> Todas as traduções de citação em língua estrangeira são de nossa responsabilidade.

<sup>5</sup> Como referenciamos profusamente os textos de Deleuze & Guattari, para que o texto fique menos poluído abreviamos suas referências para “D. & G.”, seguido da data e página. Além disso, como parte de nossa problemática envolve deslocamentos no decorrer da obra dos autores, eventualmente adicionamos entre colchetes a datação da publicação original dos textos.

elementar, no sentido de uma partícula cancerígena do corpo social, é algo que exploraremos adiante. No entanto, entendemos que essa leitura tristonha e totalizante, (pseudo-)foucaultiana, “simplesmente” comete uma inversão na lógica fundamental de explicação da *produção* do fascismo: seguindo Foucault e sua tese das “relações de poder”, preferimos focar no elemento de produtividade infinito que atualiza essas relações<sup>6</sup>, isto é, elas são produzidas e produtivas e o fascismo é uma de suas variáveis; ou, dito de outra forma, não é o fascismo que é a base das relações de poder, mas as relações de poder que são a base ou matriz produtiva do fascismo (assim como do capitalismo, por exemplo, e toda uma série de maquinarias sociais e políticas). Na verdade, colocar os termos do problema na perspectiva da relação não explica muita coisa levando em conta que *a relação mesma deve ser explicada pela sua produção* e, nesse sentido, o que explica a cristalização de determinadas relações de poder, o que funciona como sua real base funcional, em nossa perspectiva, são as forças produtivas do desejo. Assim, a melhor maneira de colocar a questão é ainda se perguntar: como o desejo produz fascismo?

Para recolocar o problema mergulhamos em *O anti-Édipo* [1972] e em *Mil platôs* [1980], analisando as formulações sobre o fascismo ali presentes. Buscamos, ainda, colocar sob escrutínio a tese, corrente entre os discursos libertários à direita e à esquerda, de que o Estado é essencialmente fascista (ou que o fascismo é essencialmente Estatal). A partir de Deleuze & Guattari, podemos afirmar esta tese? Ou melhor, em que sentido é possível afirmar esta tese, a partir de Deleuze & Guattari? A resposta a esta pergunta é múltipla, envolvendo as formulações presentes nos dois volumes de *Capitalismo e esquizofrenia*, como veremos.

Em nossa primeira seção desenvolvemos as teses próprias de *O anti-Édipo*, perpassadas pela história universal da contingência e pela produção desejante, na qual o fascismo aparece como investimento reterritorializante. Em seguida desenvolvemos, como *Intermezzo*, uma breve discussão a partir da obra de Nick Land no que concerne o fascismo, que serve como pivô de passagem da discussão do livro de 1972 ao de 1980. A segunda seção propriamente dita, sobre o fascismo em *Mil platôs*, foi dividida em duas subseções: a primeira sobre a teoria das linhas e seus respectivos perigos; na segunda é efetuada a discussão sobre a relação entre

---

<sup>6</sup> Como coloca Deleuze em seu *Foucault* (1991, p. 96), sempre cabe às forças um potencial e uma capacidade de resistência que excede e tem primazia em relação ao diagrama das relações de poder. *Que o poder perpassa tudo não implica que ele seja total.*

máquina de guerra, fascismo e Estado. A terceira seção retoma os acúmulos para discutir a natureza fascista (ou não) do Estado; e concluímos com uma explanação sobre os neo-fascismos e a possibilidade de um “devir-fascista” do mundo.

### **1. O anti-Édipo e as máquinas desejantes: duas políticas do desejo.**

A problemática do fascismo n’*O anti-Édipo* [1972] é uma espécie de dobradiça do âmbito maior de uma teoria materialista, ontológica e política do desejo como princípio imanente de produção do campo social. É nesse sentido que, em uma entrevista de 1973, ainda na euforia do livro, Deleuze & Guattari extraem, a partir do desejo, duas políticas. Como afirma Guattari:

são duas políticas, duas filosofias. Ou você vai rumo ao recentramento, rumo ao referencial, do mesmo ao mesmo, ao idêntico, ao semelhante, ao análogo e toda essa tralha. Ou você vai rumo a uma outra política. Nós dizemos: há duas políticas do desejo. Uma política fascista, paranóica, capitalista, burguesa, reterritorializadora, aquela que referencia, coordena, territorializa; e depois há uma outra que, desde que algo quebre, foge, o investe. Já podemos partir daí (em D. & G., 2018 [1973], p. 208).

Seguiremos a sugestão de Guattari, colocando o problema do desejo pelo ângulo do fascismo e desenvolvendo as ferramentas conceituais que nos auxiliam a avançar na discussão sobre as “duas políticas do desejo” — sabendo, de antemão, que uma delas é “fascista, paranoica, capitalista, burguesa”, enquanto a outra é *revolucionária*. Em *O anti-Édipo* o desejo é equivalente à produção da natureza e da história e em nada remete à tradição idealista, elevada pela psicanálise, que pensa o desejo como falta subjetiva de um objeto qualquer. O desejo é pensado pelo prisma dos fluxos produtivos, pertencente ao campo inconsciente e pré-representativo das “máquinas desejantes”, não a partir de um centro voluntarista de um sujeito. O sujeito, pelo contrário, só aparece no fim de um processo que remete ao plano de produção geral que é simultaneamente natural, social, histórico e subjetivo: o sujeito é “produzido como um resto, ao lado das máquinas desejantes” (D. & G., 2010 [1972], p. 33). Dito de outra maneira, ao colocar o desejo no cerne da produção — de efetivamente tudo — e, com isso, recolocar o sujeito como resultante desse processo, deslocando-o do centro, *o sujeito estará imerso no desejo antes do que o desejo estará contido no sujeito*. Desejar, no fim das contas, é menos um ato individual e solitário, ou mesmo “o desejo” de um objeto específico, do que um

agenciamento maquínico e coletivo que produz sujeito e subjetividade, mas produz também a história, o político e o social.

Se quando falamos em desejo não estamos falando estritamente de um sujeito que deseja e nem de falta de objeto, é porque falar em desejo é, primariamente, sinônimo de falar em fluxos: a noção de “fluxo” vai aparecer como operador conceitual central em *O anti-Édipo* e deve ser entendida como um conceito “ordinário e indefinido” (GUATTARI, 2009, p. 73), pois são fluxos de todos os tipos, fluxos biológicos e orgânicos, como os fluxos de cabelo, de menstruação, genéticos e mesmo os fluxos de escassez, mas também sociais e políticos, como os de migrações, da bolsa de valores, de dinheiro, crédito e dívidas etc. Isso implica que o sujeito desejante não está diante de fluxos, mas é, ele mesmo, um bloco de fluxos. Destacamos que esses fluxos de desejo, quando são qualificados — por exemplo, quando falamos em um fluxo de moeda ou mesmo um fluxo biológico — já estão indicando o trabalho específico de “um sistema global do desejo [...] que organiza as produções de produção, as produções de registro, as produções de consumo” (D. & G., 2010 [1972], p. 189). Isto é: um trabalho de qualificação, circulação e registro de inscrição da produção desejante na produção social — como os autores colocam, só há o desejo e o social. Não que haja “duas produções”, mas dois “registros” de um mesmo processo interligado de inscrição do desejo que Deleuze & Guattari conceitualizam como uma operação de *codificação*. A codificação é um efeito de interações entre as máquinas desejantes, que operam em cadeias de corte de fluxos, alimentando uma determinada máquina social: “não há máquinas desejantes que existam fora das máquinas sociais que elas formam em grande escala; e também não há máquinas sociais sem as desejantes que as povoam em pequena escala” (D. & G., 2010 [1972], p. 451).

Em *O anti-Édipo*, Deleuze & Guattari organizam sua “história universal da contingência” em torno de três máquinas sociais: a máquina territorial primitiva, que possui como *socius* o corpo da terra; a máquina despótica bárbara, que marca com o *Urstaat* o aparecimento do Estado Arcaico e que tem no corpo do déspota soberano o seu *socius*; e a máquina capitalista civilizada, tendo o próprio capital e o corpo do dinheiro como *socius*. Se o código, como vimos, é a operação básica de inscrição de um desejo no corpo social, é porque o código remete, diretamente, a essa relação base entre as máquinas desejantes e o *socius* primitivo do corpo da terra: as sociedades “primitivas” são altamente codificadas, os rituais do *potlatch* e

as queimas dos estoques, por exemplo, marcam bem o ponto em que nenhum excesso pode contornar os códigos e que nada pode escapar, fluir para além do corpo social restrito e organizado codificadamente. Um código, por sua vez, implica numa territorialidade relacionada à organização do próprio corpo da terra, o *socius* “originário” que, em seu turno, envolve, simultaneamente, movimentos de *descodificação* e de *desterritorialização* — linhas de fuga — que as sociedades ditas primitivas vão buscar conter via (re)codificação.

A máquina social primitiva é desterritorializada em uma nova territorialidade, reorganizando o campo dos fluxos do desejo, com a emergência do Estado Arcaico que passa então a ameaçar a organização das "sociedades primitivas", sobrecodificando os códigos primitivos ligados ao *socius* da terra em um novo *socius*, acoplado como “quase-causa” à produção desejante primitiva, em um movimento suplementar de poder e apropriação das forças produtivas, agora direcionadas ao e registradas no corpo do déspota, imperador, rei ou soberano qualquer. A emergência do *Urstaat*, o “Estado original”, que desterritorializa o *socius* do corpo da terra, o reterritorializando, por sua vez, no corpo do déspota como *socius*, redireciona todos os fluxos codificados do desejo para uma *sobrecodificação*, formando um campo de poder transcendente, uma dimensão não apenas suplementar, mas um espaço heterogêneo ao anterior, um plano  $n+1$  de código. Segue-se disso que o campo de desejo das máquinas sociais “pré-capitalistas” é altamente restritivo e não poderia ser de outra maneira: se ele funciona pela forma de codificação e sobrecodificação das forças produtivas do desejo é porque deve evitar, cada um à sua maneira, a descodificação e desterritorialização dos fluxos que orientam as máquinas desejantes para limites externos à circunscrição demasiado territorializada das máquinas primitiva e despótica.

Tudo muda, no entanto, com o advento da máquina capitalista, que nasce a partir de uma “descodificação generalizada dos fluxos” (D. & G., 2010 [1972], p. 204) levada à cabo pelas forças produtivas do desejo que vão escapar da inscrição do *socius* do tipo das máquinas pré-capitalistas: para Deleuze & Guattari, o capitalismo é o encontro contingente entre “duas séries independentes ou formas simples, cujo encontro aleatório não para de se reproduzir no capitalismo” (2010 [1972], p. 531). Essas duas séries são dois fluxos altamente descodificados: “de um lado, o trabalhador desterritorializado, devindo trabalhador livre e nu, tendo para



vender a sua força de trabalho; do outro, o dinheiro descodificado, devindo capital e capaz de comprá-la” (2010 [1972], p. 299). Fluxos desterritorializados que poderiam não ter se encontrado mas, ao se encontrarem, produzem uma nova máquina social que se alimenta dessa desterritorialização levada à cabo pelo próprio elemento esquizofrênico das forças produtivas que escapam, no formato da moeda e do trabalho, do corpo da terra e do Estado Arcaico. O desejo, pelo meio dos fluxos da moeda e do trabalho, escapa ao registro social das máquinas sociais pré-capitalistas que são incapazes de conter ou reterritorializar, dentro de sua própria inscrição, essa carga de desterritorialização massiva:

Fluxos descodificados — quem dirá o nome deste novo desejo? Fluxo de propriedades que se vendem, fluxo de dinheiro que escorre, fluxo de produção e de meios de produção que se preparam na sombra, fluxo de trabalhadores que se desterritorializam: será preciso o encontro de todos estes fluxos descodificados, sua conjunção, a reação de uns sobre os outros, a contingência deste encontro, desta conjunção, desta reação que se produzem uma vez, para que o capitalismo nasça e que o antigo sistema encontre a morte que lhe vem de fora, ao mesmo tempo em que nasce a vida nova e em que o desejo recebe seu novo nome (D. & G., 2010 [1972], p. 298).

A máquina capitalista é excepcional pois possui no capital um *socius* altamente desterritorializado em comparação com o corpo da terra e do Estado, bem como uma relação excepcional com os códigos, visto que se alimenta da própria descodificação. No entanto, ela implica na coexistência e controle dos aparatos de regulação das outras máquinas sociais, revitalizados dentro da axiomática do valor do capitalismo: isto é, o capitalismo só funciona pois consegue subsumir o Estado e a terra ao seu regime de extração de mais-valor maquínico, em um movimento em que é antes o dinheiro, cada vez mais desterritorializado, que dá a volta na terra e a faz girar, do que a terra que gira por si mesma. Nesse sentido, os fluxos de trabalho e de moeda de fato escapam das (sobre)codificações pré-capitalistas, mas para serem, em seguida, reorganizados pela axiomática do capital e pelo Estado moderno como seu vetor de realização. Os códigos são substituídos por uma *axiomática* abstrata de fluxos de moeda, o que significa que o capitalismo precisa incitar uma descodificação dos fluxos, mas nunca uma descodificação absoluta. Os códigos não desaparecem do sistema: são constantemente reinjetados na produção, justamente para produzir, no meio de uma carga alta de descodificação monetária que alimenta e arrasta o capital, elementos de reterritorialização necessários para que o limite do capitalismo, a “esquizofrenia” como desterritorialização e descodificação *absoluta*,

não seja atingida e ultrapassada, desfazendo o próprio *socius* capitalista: “o capitalismo instaura ou restaura todos os tipos de territorialidades residuais e factícias, imaginárias ou simbólicas, sobre as quais ele tenta, bem ou mal, recodificar, reter as pessoas derivadas das quantidades abstratas. Tudo repassa ou regressa, os Estados, as pátrias, as famílias” (D. & G., 2010 [1972], p. 54).

Conclui-se que o capital, além de funcionar como um vampiro das forças produtivas e um aprendiz de “feiticeiro”<sup>7</sup> por mobilizar essas altas cargas de desterritorialização e descodificação é, também, um necromante, pois deve ressuscitar funcionalmente essas territorialidades mortuárias, esses resquícios de códigos arcaicos que ele encontra e revitaliza: espécie de fósseis remanescentes da ossatura de antigas máquinas sociais em decomposição. A família, a identidade pessoal, todos os laços sanguíneos e sociais são agora mobilizados funcionalmente pelo capital para que o desejo não vá tão longe no processo esquizo de descodificação e desterritorialização, formando uma “axiomática mortuária” movida por “cadáveres que se nutrem de imagens. Não se deseja a morte, mas o que se deseja está morto” (D. & G., 2010 [1972], p. 484). Reintroduz-se os códigos na forma dos “neo-arcaísmos”, reanimando zumbis no seio do desejo.

Colocar o problema do fascismo em *O anti-Édipo* implica em apresentar, mesmo que sumariamente, toda essa relação entre as máquinas desejantes e as máquinas sociais, as codificações, sobrecodificações e descodificações que acontecem nas intersecções do desejo fluindo entre o corpo da terra, do Estado e do capital, pois é apenas alinhado à essa maquinação toda que podemos falar em duas políticas do desejo como pensadas por Deleuze & Guattari — duas políticas que, no entanto, não param de se cruzar. Segue-se daí a necessidade de tomar alguns cuidados: o primeiro é o de evitar uma leitura dualista do desejo: é a mesma substância do desejo que codifica e descodifica, territorializa e desterritorializa, embora não seja o mesmo investimento do desejo no social; um e o mesmo desejo, mas bifurcação e pluralismo no nível de seu investimento social. A chave está na questão do investimento, o que vai implicar numa espécie de unilateralismo por Deleuze & Guattari, pois a aposta política em *O anti-Édipo* é na desterritorialização e descodificação como única política revolucionária possível, que se contrapõe,

---

<sup>7</sup> “O capital é [...] como um vampiro, vive apenas da sucção de trabalho vivo, e vive tanto mais quanto mais trabalho vivo suga” (MARX, 2015, p. 304); “a sociedade burguesa moderna, que conjurou gigantescos meios de produção e de troca, assemelha-se ao feiticeiro que já não pode controlar os poderes infernais que invocou” (MARX & ENGELS, 2002, p. 45).

como investimento, à uma política fascista, paranóica ou reacionária, ligada sempre a um elemento conservador e repressivo, que se opõe à experimentação política. Como coloca Guattari:

[a] energia desejante, o que se inscreve na história, [...] não está do lado do desejo paranóico, mas do lado onde isso foge. E aí há uma passagem. Trata-se, num caso, do fato de se escorar no eu, de se rebater sobre a pessoa, sobre o papel, a função e, no outro caso, de se colocar na adjacência de um processo maquínico, ali onde isso passa, do lado da desterritorialização, o lugar onde isso flui no próprio seio do fluxo. Há, primariamente, o levantamento fenomenológico de duas políticas e a passagem de uma a outra (em D. & G., 2018 [1973], p. 208-9).

A aposta política na desterritorialização e descodificação decorre da própria definição do desejo como fluxo que escapa, flui ou foge. A história do desejo é pensada não pela via paranóica, isto é, pelo seu movimento de sabotamento, sua codificação e reterritorialização, mas pela articulação "fenomenológica" entre as duas políticas do desejo. Entretanto, como no nível "ontológico", primeiro, o desejo tende imanentemente a seguir seu fluxo de maneira livre, parar no nível "fenomenológico" da contradição esquizo-paranóide, de maneira dialética, seria conceder em demasia ao pólo codificado e conservador e, na verdade, habitá-lo, perdendo já o nível efetivo do desejo. Mais uma vez, trata-se menos de uma "escolha" por um pólo em detrimento do outro do que da empreitada de captar o sentido próprio e imanente do desejo, que é a produção da linha de fuga. É da própria natureza revolucionária do desejo que segue a aposta no investimento esquizo como única via revolucionária possível: "O desejo não 'quer' a revolução, ele é revolucionário por si mesmo, e como que involuntariamente, só por querer aquilo que quer" (D. & G., 2010 [1972], p. 159).

Evitando os comuns equívocos de exagerar no enfoque "molecular", "micro", e negligenciar ou mesmo demonizar a dimensão "molar", devemos não apenas pontuar que essas dimensões se entrecruzam e se determinam reciprocamente, mas atentar para o principal: "a dualidade dos pólos passa menos entre o molar e o molecular do que nos [...] investimentos sociais molares, uma vez que, de qualquer maneira, as formações moleculares são investimentos como esses" (D. & G., 2010 [1972], p. 451). Se até agora apresentamos as articulações entre o molar e o molecular, as desterritorializações e reterritorializações do desejo pela via da máquina social e das máquinas desejantes é justamente para pontuar que, em *O anti-Édipo*, não há análise possível do desejo em sua via fascista ou revolucionária

sem que essa análise esteja fundada na capacidade de montar uma máquina analítica para separar o joio do trigo: separar, nos agenciamentos maquínicos, as linhas revolucionárias esquizofrênicas das linhas fascistas paranóicas. A questão, em um primeiro sentido, a “primeira tarefa positiva da esquizoanálise” (D. & G., 2010 [1972], p. 426), está em opor o molar e o molecular em dois tipos de linhas: “linhas de integração (paranoicas, significantes e estruturadas) e linhas de fuga (esquizofrênicas, maquínicas e dispersadas); ou ainda como o traçado de reterritorializações perversas e o movimento das desterritorializações esquizofrênicas” (2010 [1972], p. 451). Em um segundo sentido, a “segunda tarefa positiva” (2010 [1972], p. 451), implica em explicar como os movimentos tendenciais dessas linhas se emaranham em um campo social determinado. Assim, a questão é compreender a maneira em que “dois grandes tipos de investimentos igualmente sociais, um sedentário [...] e de tendência reacionária ou fascista, o outro nômade [...] de tendência revolucionária” (2010 [1972], p. 451) estão imbricados, por vezes na mesa subjetividade ou agenciamento maquínico do desejo. Podemos resumir, finalmente, dizendo que entre as linhas há oposição de direito, mas imbricamento de fato; e é tarefa da análise manter isso em mente.

Deleuze & Guattari mostram a complementaridade e o desafio das tarefas quando tratam da classe social a partir dos dois investimentos ou políticas do desejo: eles começam por diferenciar entre os investimentos pré-conscientes que remetem à esfera do interesse e os investimentos inconscientes que remetem ao desejo: estes vão corresponder respectivamente ao que denominam “grupo sujeitado” e “grupo sujeito”. Retomando à sua maneira a análise marxiana da classe social, introduzindo a economia libidinal na infraestrutura econômica, Deleuze & Guattari afirmam que “a pertença dos sujeitos a uma classe remete ao papel desempenhado na produção ou na antiprodução, ao lugar ocupado na inscrição, à parte que lhes cabe” (2010 [1972], p. 456). Infere-se disso que uma outra classe social se configura como um “contrainvestimento” em relação aos interesses da classe dominante, movimento que “cria seu próprio interesse em função de novos objetivos sociais” (2010 [1972], p. 456) correspondentes à sua própria classe dominada. Se a análise se estancasse aí, seria “fácil distinguir o que é reacionário, ou reformista, do que é revolucionário” (2010 [1972], p. 456): bastaria opor os contrainvestimentos de interesse de classe do proletariado aos interesses

conservadores burgueses alinhados à máquina social capitalista. No entanto, o que uma economia libidinal exige é ir mais fundo nas tramas do desejo:

De modo algum esta situação basta para resolver o seguinte problema: por que muitos daqueles que têm ou deveriam ter um interesse objetivo revolucionário conservam um investimento pré-consciente de tipo reacionário? E por que ocorrem os raros casos em que alguns, cujo interesse é objetivamente reacionário, chegam a operar um investimento pré-consciente revolucionário? (2010 [1972], p. 457).

O investimento libidinal e seus fluxos do desejo incidem diretamente sobre o *socius* do corpo social “destituído de sentido e de objetivo, pois os sentidos e os objetivos decorrem dele, e não o inverso” (D. & G., 2010 [1972], p. 458). Essa inversão é importante, pois faz derivar o interesse do funcionamento maquínico do desejo e das configurações da máquina social, no sentido de que o campo do interesse é considerado como um fenômeno que não é constitutivo, mas constituído como simulacro ou efeito superficial (ou “superestrutural”) que faz parte da engrenagem da máquina social que, não tendo nenhum “objetivo” que não sua própria reprodução produz os interesses como sub-fenômenos que auxiliam o desejo a se engancharem na sua maquinaria. Sendo assim, há um desejo que corresponde a “um amor desinteressado pela máquina social” (D. & G., 2010 [1972], p. 459), que flui em conjunto sobre o corpo pleno dela e que, no entanto, remete à uma estrutura de interesse a ser reproduzida molarmente: “o papel, o lugar, a parte que se tem numa sociedade, e que herda em função das leis de reprodução social [...] ao abrigo dos objetivos e dos interesses” (2010 [1972], p. 459). A máquina capitalista, nesse sentido, é a que melhor coloca a problemática, que perpassa todo *O anti-Édipo*, de uma servidão passional<sup>8</sup>, dado que o capital é o *socius* que melhor consegue mobilizar e metabolizar altas cargas de desejo descodificado:

vemos os mais desfavorecidos, os mais excluídos investirem com paixão o sistema que os oprime, e onde acham um interesse [...] que [...] vem sempre a seguir. A antiprodução difunde-se pelo sistema: [...] será amada por si mesma, à maneira pela qual o desejo reprime a si próprio no grande conjunto capitalista. Reprimir o desejo, não só nos outros, mas também em si próprio, ser o tira dos outros e de si próprio, eis o que dá tesão, e isto não diz respeito à ideologia, mas à economia. [...] Violência sem objetivo, alegria, pura alegria de se sentir uma engrenagem da máquina, atravessada por fluxos [...]. Um tipo de arte pela arte na libido, um certo gosto pelo

<sup>8</sup> Tomamos emprestado a expressão “servidão passional” de Frédéric Lordon (2014), que, por necessidades conceituais comuns ao projeto deleuze-guattariano, substituí a de “servidão voluntária”.

trabalho bem feito, cada um no seu lugar, o banqueiro, o tira, o soldado, o tecnocrata, o burocrata e, por que não, o operário, o sindicalista... O desejo embasbacado (D. & G., 2010 [1972], p. 460).

Segue-se daí a distinção, dentre os interesses “pré-conscientes”, de dois tipos de linhas de interesse, as linhas revolucionárias e as linhas reacionárias e fascistas. No entanto, como linhas pré-conscientes, elas representam apenas o campo do investimento de interesse, molar: a linha pré-consciente revolucionária “incita sobre novos objetivos, novas sínteses sociais, um novo poder” (D. & G., 2010 [1972], p. 460), e é definida pela “promoção de um *socius* como corpo pleno portador de novos objetivos, como forma e potência ou formação de soberania que, sob novas condições, subordina a si a produção desejante” (2010 [1972], p. 461). A linha reacionária e fascista de interesse, por outro lado, investe-se no mesmo *socius* que habita, lhe interessando conservar e reproduzir. Daí o sentido do fascismo como a tentativa de reterritorializar ou conter não apenas os interesses de classe revolucionários de investir em um novo *socius* como um novo poder, mas, principalmente, qualquer investimento de desejo que ameaça escapar ao *socius* em direção “ao corpo sem órgãos”:

o corte revolucionário inconsciente implica, por sua conta, o corpo sem órgãos como limite do *socius*, limite que a produção desejante, por sua vez, subordina a si sob a condição de uma potência revertida, de uma subordinação revertida. A revolução pré-consciente remete a um novo regime de produção social que cria, distribui e satisfaz novos objetivos e interesses; mas a revolução inconsciente não remete apenas ao *socius* que, como forma de potência, condiciona essa mudança; ela remete também, nesse *socius*, ao regime da produção desejante como potência revertida sobre o corpo sem órgãos. O estado dos fluxos e das esquizas não é o mesmo: num caso, o corte incide entre dois *socius*, sendo que o segundo *socius* é avaliado pela sua capacidade de introduzir os fluxos de desejo num novo código ou numa nova axiomática de interesse; no outro caso, o corte incide sobre o próprio *socius*, de modo que este é avaliado pela capacidade de fazer passar os fluxos de desejo segundo suas linhas de fuga positivas, e de recortá-los segundo cortes de cortes produtivos. [...] Portanto, é concebível que um grupo possa ser revolucionário do ponto de vista do interesse de classe e dos seus investimentos pré-conscientes, mas não sê-lo do ponto de vista dos seus investimentos libidinais e manter-se até mesmo fascista e policial (D. & G., 2010 [1972], p. 461-2).

O investimento de desejo é a linha verdadeiramente revolucionária, operando uma desterritorialização da desterritorialização. Isto é, não submete-se o desejo ao registro do *socius*, o que complementa a questão da esquizofrenia não ser tomada como modelo, mas como processo da própria revolução ou revolucionária

em si, contra qualquer forma de organização do *socius*, que sempre representa, no nível molar, uma repressão das máquinas desejantes. A partir disso, o grupo sujeito é aquele que opera diretamente no nível do desejo, operando em razão da linha desejante revolucionária, e o grupo sujeitado é atravessado pelas linhas molares, sempre no nível do interesse. Todo esse entrecruzamento de linhas, a ser trabalhado pela esquizoanálise, fornece o novo complexo da relação entre desejo e interesse, ao ponto em que não basta um interesse revolucionário e se faz necessário um desejo que é a própria revolução. Assim é possível evitar que a passagem à revolução de interesse se torne uma passagem ao fascismo e à instauração de um novo regime policial.

Duas políticas, dois investimentos: “entre esses dois pólos extremos em que o desejo investe formações paranóicas fascistas ou, ao contrário, fluxos revolucionários esquizóides” (D. & G., 2010 [1972], p. 535). Podemos afirmar que toda a estrutura do livro é organizada em torno dessas duas políticas do desejo, ou, melhor dizendo, em torno de uma outra política, uma esquizofrênica e revolucionária, bem como de suas relações ambíguas, que a esquizoanálise analisa. Seu objeto é o próprio desejo e seu modo duplo de investir o campo social, ao mesmo tempo em que se aposta todas as fichas em uma política outra que adviria do potencial desterritorializante do desejo como única via verdadeiramente revolucionária.

### ***Intermezzo: surfando as ondas do capital. (Ou as do fascismo?). O “fragmento aceleracionista” e o “caso Nick Land”***

Falar em desterritorialização e fascismo abre o campo para um tópico polêmico do debate contemporâneo: a problemática que envolve o chamado “aceleracionismo”, mais ainda tendo em vista que sua genealogia está ligada a certa recepção de *O anti-Édipo*. Em 2012, Benjamin Noys lança *Malign Velocities*, livro que joga uma luz diagnóstica sobre o que ele identifica como uma tendência “aceleracionista” do pensamento contemporâneo: a ideia de que o movimento capitalista de desenraizamento, dissolução e transformação das relações e estruturas sociais (bem analisado por Marx) deveria não ser contido ou oposto, mas *acelerado*, pois provocaria-se assim a superação do próprio sistema, colapsando-o e promovendo a emergência de uma nova organização social. Essa tendência estaria

latente, segundo Noys, em *Economia Libidinal* [1974], de Lyotard, *A Troca Simbólica e a Morte* [1976], de Baudrillard, e, nosso objeto até agora, *O anti-Édipo* [1972].

A tendência aceleracionista, segundo Noys (2012), teria sido ressuscitada e intensificada nos anos 90 por uma série de jovens filósofos britânicos radicados na universidade de Warwick, em especial na filosofia cibernética de Nick Land e no grupo de pesquisa no qual ele funcionava como um tipo de mentor, o *CCRU* (*Cybernetic Culture Research Unit*). A ligação entre a universidade e Land, que lá era professor, é eventualmente rompida e o *CCRU* acaba se dissolvendo e seus membros se espalhando e desenvolvendo outros projetos. Eles deixam, no entanto, uma série de textos altamente experimentais, misturando filosofia com ficção científica, música eletrônica em altos bpm's, numerologia e magia, tendo como principal motor a ideia de que a aceleração do capital é irreversível e deve ser investida — com todas as suas contradições — ilimitadamente.

Em 2011 Ray Brassier e Robin Mackay, ex-alunos de Land, organizam seus textos dos anos 90 e lançam o livro *Fanged Noumena* (2011), que serve para reativar a discussão, preparando o campo da crítica de Noys ao que ele batizaria, então, de aceleracionismo. Esse momento, no entanto, já é marcado pela guinada à extrema direita de Land, que motivou uma série de debates entre seus ex-alunos, com tentativas de separar os elementos de sua filosofia cibernética dos anos 90 da sua guinada neo-reacionária do “iluminismo sombrio”, associado com a *alt right* europeia e americana, dos anos 2010 para cá<sup>9</sup>. Isso proporcionou que novos pensadores reivindicassem um “aceleracionismo de esquerda” em oposição ao aceleracionismo de Land, interpretado e em afinidade, agora, com a carapuça da extrema direita.

O que aqui interessa é um recorte específico que remete à discussão do “aceleracionismo” dos anos 90 e, em particular, a leitura e crítica que Land faz da transição teórica de *O anti-Édipo* a *Mil platôs* em relação ao problema do fascismo. Essa leitura se relaciona com o diagnóstico aceleracionista de que surfar as ondas do capital seria a única saída possível do próprio capital, levando em conta a importância indiscutível que o conceitos de Deleuze & Guattari de descodificação e desterritorialização possuem para Land, já que a política do desejo d'*O anti-Édipo* é pautada, como vimos, na desterritorialização como única via revolucionária,

---

<sup>9</sup> Sobre o neo-reacionarismo de Land remetemos a (HUI, 2017).



*estritamente anti-fascista*. Soma-se a isso o chamado “fragmento aceleracionista” de *O anti-Édipo*, um momento decisivo do livro no qual a tensão entre o capital e a esquizofrenia como desterritorialização revolucionária é colocada em um máximo de atrito e a hipótese de uma aceleração da esquizofrenia *do mercado* é levantada, se dirigindo contra qualquer “solução fascista” de conter o processo:

Então, qual solução, qual via revolucionária? [...] Retirar-se do mercado mundial, como Samir Amin aconselha aos países do Terceiro Mundo, numa curiosa *renovação da 'solução econômica' fascista*? Ou ir no sentido contrário, isto é, ir ainda mais longe no movimento do mercado, da descodificação e da desterritorialização? Pois talvez os fluxos ainda não estejam suficientemente desterritorializados e suficientemente descodificados, do ponto de vista de uma teoria e de uma prática dos fluxos com alto teor esquizofrênico. Não retirar-se do processo, mas ir mais longe, 'acelerar o processo', como dizia Nietzsche: na verdade, a esse respeito, nós ainda não vimos nada (D. & G., 2010 [1972], p. 319. Grifo nosso).

No “fragmento aceleracionista” fica claro que a questão da aceleração e a do fascismo são intimamente ligadas, ainda que por oposição; aceleracionismo herda essa mesma problemática. Por mais que o “fragmento” seja ambíguo em sua própria formulação e tenha provocado debates que não podemos retomar aqui, parece claro que o ponto fulcral está mais ao lado da perspectiva anti-fascista que ele coloca como problema imanente ao projeto do livro do que na aceleração que, como via revolucionária, é apenas uma resposta afirmativa possível ao problema do fascismo e do capital (e não é retomada no livro nestes termos). Ora, vimos como, no limite, a linha revolucionária desejante opera uma espécie de *desterritorialização da desterritorialização* em choque contra o *double-bind* desterritorialização-reterritorialização operado pela axiomática capitalista, que não para de reinjetar elementos reacionários, policiais, fascistas na produção desejante, mantendo-a dentro dos limites do capital.

O capital submete o investimento revolucionário do desejo a um investimento social reacionário e conservativo, ao menos relativamente, visto que necessita o fazer para conter a deriva ilimitada do desejo ao mesmo tempo em que a explora. O fascismo resultante desse movimento, que pode ou não se proliferar como política do desejo viralizada, é indissociável do fascismo como desejo gregário e investimento reacionário, que investe na sua própria servidão passional, dado que o motivo é o bloqueio da desterritorialização desejante que escapa ao *socius*, reproduzindo o campo de forças social estabelecido. A partir disso, só fica claro o

porque “se retirar do mercado mundial” como uma solução anticapitalista à esquerda é análogo ao fascismo, na visão de *O anti-Édipo*, se levarmos em conta a tentativa frustrada de conter a desterritorialização mundial em uma reterritorialização forçada em um fora miraculado, um Estado de esquerda “fora” do mercado capitalista, por exemplo. Esse movimento, no entanto, faz parte do próprio *double-bind* do capital, gerando um investimento que, como vimos, pode até ser revolucionário como contrainvestimento de interesse, isso é, pelo ponto de vista do interesse revolucionário de classe, mas que é reacionário do ponto de vista de uma política do desejo, perdendo de vista o processo de desterritorialização global que abre, também, o campo dos possíveis — e, lembremos: ou a revolução é desejante ou ela é facilmente capturada como puro interesse de classe na axiomática do valor do capital, que opera com os interesses contrastantes das classes que, justamente, mobilizam o dinamismo contraditório do Capital.

Nesse sentido, Land não deixa de estar certo quando coloca que “a interpretação de *O anti-Édipo* sobre o fascismo é [...] crua, mas é também de um enorme poder. A disjunção revolucionário/fascista é usada para discriminar entre as tendências gerais de desterritorialização e reterritorialização; entre a dissolução e a restituição da ordem social” (2011, p. 277). Temos visto como a leitura do fascismo como política do desejo está explicitamente vinculada à conservação ou mesmo à tentativa de restituição de uma determinada ordem social que funciona, também no capital, como polo reterritorializante das máquinas do desejo.

Se Land elogia *O anti-Édipo*, a posição em relação a *Mil platôs* é de ataque, considerando a discussão sobre o desejo, a desterritorialização e o fascismo neste livro um movimento que “ameaça mutilar e domesticar toda a massiva conquista da obra conjunta de Deleuze e Guattari” (2011, p. 280). Na interpretação do autor, ao introduzir nuances no conceito de desterritorialização e afins, que veremos adiante, os franceses estariam trocando uma política do desejo esquizofrênica por uma “polícia” da esquizofrenia, reintroduzindo o fascismo no âmago do desejo ao tentar conter ou fazer recuar a desterritorialização, posição que seria um ato fascista ou no mínimo reformista. Para Land as “posições de recuo” de *Mil platôs* seriam essencialmente contra-revolucionárias. Entretanto, a pergunta que lançamos é: será que uma aposta na desterritorialização absoluta não pode dar em fascismo? Se sim, necessária ou contingentemente? Sabemos que a resposta de Land é negativa, visto que para ele, seguindo *O anti-Édipo*, o fascismo é essencialmente um fenômeno de

reterritorialização. Entretanto, através do “caso Land”, podemos especular que a sua guinada em direção à *alt right* poderia nos dar indícios de que, talvez, o fascismo tenha relação com algum tipo ou nível de *desterritorialização*, algo que Land parece perder de vista<sup>10</sup>.

## 2 O Fascismo em *Mil platôs*

Em uma filosofia que define o tempo menos como uma ruptura abrupta e mais como uma cascata jorrando variações contínuas, é difícil assinalar, em um livro que sucede o anterior como segundo volume (as duas obras são subtituladas *Capitalismo e esquizofrenia*), o que é um rompimento propriamente dito e o que seria um desenvolvimento outro, levando em conta outros temas e modos de construir os problemas. Além disso, deve-se levar em conta que as diferenças não implicam em si uma simples progressão, do menos ao mais desenvolvido. Nesse sentido, ao assinalar uma transição na conceitualização do fascismo de *O anti-Édipo* [1972] a *Mil platôs* [1980], temos a difícil tarefa de entender “o que se passou?”, mais do que a de fazer uma leitura teleológica serial em que o último termo é logicamente mais desenvolvido do que o anterior. O desenvolvimento conceitual implica um solo nômade do pensamento e uma lógica aberrante das forças, toda uma diagramática que relaciona os problemas virtuais aos conceitos e aos acontecimentos. Dito isso, as diferentes preferências correspondem a tentativa de cada um em traçar seu próprio plano e seus próprios problemas. Evidentemente, “cada um” está já imbricado e a colocação de um problema não é independente da disposição da “matéria” com que ele se encontra. Desse modo, na mesma medida em que uma solução só responde a um problema dentro dos limites em que este é colocado, o problema não pode ser verdadeiramente colocado sem ser atravessado pelo campo atual e material. Os diferentes modos de encarar o “objeto” fascismo implicam diferentes problemas e soluções, com cada modo tendo a potência de elucidar diferentes acontecimentos.

---

<sup>10</sup> Sobre a relação entre Deleuze & Guattari e o aceleracionismo, bem como uma crítica de Land, ver nosso texto “É o capital um acelerador?” (FORTES; PIROLA, 2021).

## 2.1 Teoria das linhas e microfascismo

Ao introduzir, em *Mil platôs*, o conceito de microfascismo ou fascismo molecular, Deleuze & Guattari, por meio de uma nova teoria das linhas, modificam alguns dos pressupostos da esquizoanálise, agora tornada cada vez mais próxima de uma “pragmática das linhas”. Se anteriormente o fascismo era investimento desejante na reprodução da máquina social, agora temos um novo “mapa”. Uma das maneiras de introduzir essas inovações conceituais consta em um parágrafo da “Introdução: Rizoma” (que abre *Mil platôs*, de 1980, mas foi publicado originalmente em 1977) no qual, veladamente, se produz uma espécie de autocrítica (ou, ao menos, uma crítica a uma interpretação demasiado dualista da imanência do desejo):

Não se pode contar com um dualismo ou uma dicotomia, nem mesmo sob a forma rudimentar do bom e do mau. Faz-se uma ruptura, *traça-se uma linha de fuga, mas corre-se sempre o risco de reencontrar nela organizações que reestratificam o conjunto*, formações que dão novamente o poder a um significante, atribuições que reconstituem um sujeito — tudo o que se quiser, desde as ressurgências edipianas até as *concreções fascistas*. Os grupos e os indivíduos contêm *microfascismos* sempre à espera de cristalização (2014 [1980], p. 26. Grifo nosso).

Nesse parágrafo, está sintetizada uma posição de recuo, na qual a linha de fuga, outrora pensada unicamente como um investimento revolucionário do desejo, é vista agora como contendo perigos que reencontra nela mesma, justamente os perigos fascistas dos quais ela buscava fugir. Vimos que n’*O anti-Édipo* os investimentos revolucionários do desejo eram constantemente atraídos ao pólo de investimento paranoico, e o trabalho esquizoanalítico, como alguém que explode uma represa, era fazer o desejo fluir livremente, rompendo com qualquer argamassa reacionária e fascista que bloqueava a fúria da linha desejante em seu movimento de desterritorialização. Constituía-se “dois pólos do delírio: um como linha de fuga molecular esquizofrênica; outro como investimento molar paranoico” (2010 [1972], p. 417), o que é o mesmo que dizer que onde algo deixava de escapar e fluir já não se tratava mais do desejo em sua natureza de desterritorialização ou produção primária. Em *O anti-Édipo*, o movimento do desejo certamente era ambíguo, pois oscilava entre o pólo esquizo e o paranóico, mas agora (*Mil platôs*) será salientado o perigo da linha desejante liberada, em seu próprio direito.

Em *Mil platôs*, com a introdução do conceito e do problema do microfascismo, temos operando diretamente na produção desejante a tendência (dentre

outras) de um fascismo molecular. O fenômeno do fascismo, dessa forma, deixa de ser pensado como um fenômeno estritamente molar (lembrando que o molar é correlato de uma estratificação do desejo). Será o caso, então, de pensar que há distintos fenômenos, o fascismo molar, estatal, paranóico, reterritorializante, como desenvolvido na obra de 1972, e o fascismo molecular, micro-fascismo, como na de 1980? Se fosse esse o caso estaríamos diante de uma adição de outro aspecto do fenômeno, passível de ser complementar e coerente ao primeiro sem maiores dificuldades. Entretanto, o buraco é mais em baixo. Em *Mil platôs*, no nono platô, *Micropolítica e segmentaridade* (cuja “data” que acompanha o título é 1933, não à toa), vemos a construção de uma teoria do fascismo que já funciona em outros termos. Ali teremos desenvolvido de uma forma melhor acabada a teoria das linhas como uma espécie de multiplicidade de níveis de individuação que compõem, como já colocavam Deleuze e Claire Parnet em *Diálogos*, um “indivíduo ou grupo, [...] feito de linhas [...] de natureza bem diversa” (1998 [1977] p. 145). Nesse parágrafo sintético, vemos as linhas serem introduzidas no funcionamento dos códigos, sobrecódigos e descodificações:

vemos que [...] há três linhas efetivamente: 1) Uma linha relativamente flexível de códigos e de territorialidades entrelaçados; é por isso que partimos de uma segmentaridade dita primitiva, na qual as segmentações de territórios e de linhagens compunha o espaço social; 2) Uma linha dura que opera a organização dual dos segmentos, a concentricidade dos círculos em ressonância, a sobrecodificação generalizada: o espaço social implica aqui um aparelho de Estado. É um sistema outro que o primitivo, precisamente porque a sobrecodificação não é um código ainda mais forte, mas um procedimento específico, diferente daquele dos códigos [...]; 3) Uma ou algumas linhas de fuga, marcadas por quanta, definidas por descodificação e desterritorialização (há sempre algo como uma máquina de guerra funcionando nessas linhas) (D. & G., 2012a [1980], p. 112).

Sem dúvida, as três linhas não formam uma progressão (complementando a história universal da contingência e a simultaneidade das máquinas sociais, dos códigos, sobrecódigos e descodificações), mas um “plano”, o próprio campo geopolítico<sup>11</sup>, “onde coexistem as três espécies de linhas estreitamente misturadas”, que “não só coexistem, mas também se transformam, passam umas nas outras” (2012a

<sup>11</sup> Escrevemos geo-política, hifenizado, para diferenciar do sentido corrente de “geopolítica” como veiculado, por exemplo, nas Relações Internacionais. Geo-política, via Deleuze & Guattari, implica especificamente o sentido da imanência da filosofia dos autores, na direção da “geofilosofia” e da “geologia da moral”, além de um acento “geográfico” em contraposição a um “histórico”. Além disso, significa dizer que toda política é uma questão de terra-território, territorialização e desterritorialização, e que estes são sempre já imediatamente políticos.

[1980], p. 112; p. 113). Partimos então de uma breve descrição da natureza das linhas, cada uma contendo, em seu funcionamento, um perigo próprio. Em primeiro lugar, temos a linha de segmentaridade dura, que corresponde, no *socius*, ao complexo de blocos determinados ao qual somos constantemente interpelados socialmente: “a família-a profissão; o trabalho-as férias [...] e depois o exército-e depois a fábrica-e depois” (DELEUZE & PARNET, 1998 [1977], p. 145) — *linha molar por excelência*, sobrecodificada pelos “aparelhos de Estado” que, por sua vez, são “maquinados” pela “máquina abstrata de sobrecodificação” (D. & G., 2012a [1980], p. 113). Essa “primeira” linha<sup>12</sup> é análoga ao que em *O anti-Édipo* era determinado como uma Máquina social de Estado, compondo linhas molares de “segmentos bem determinados, [...] que nos recortam em todos os sentidos” (DELEUZE & PARNET, 1998 [1977], p. 145) quando habitamos um território existencial dentro das “fronteiras ontológicas” do Estado. O perigo que acompanha a constituição dessa linha é, segundo Deleuze & Guattari, o *Medo*: medo de perder “a segurança, a grande organização molar que nos sustenta [...] as máquinas binárias que nos dão um estatuto bem definido, [...] o sistema de sobrecodificação que nos domina — tudo isso nós desejamos” (2012a [1980], p. 119), e tememos que se desfaça.

A segunda linha é a linha flexível, operando num nível molecular, mas agindo diretamente no *socius*, esta linha dá um pouco de mobilidade aos seus segmentos mais duros (primeira linha), que precisam dela para funcionar. Essas linhas traçam “pequenas modificações, fazem desvios, delineiam quedas ou impulsos” (DELEUZE & PARNET, 1998 [1977], p. 145), operando por dentro dos segmentos, possibilitando que haja movimento, de um lado a outro, *nos* segmentos: “lá onde víamos até há pouco arremates de segmentos bem definidos, o que há, sobretudo, são franjas incertas, invasões, superposições, migrações, atos de segmentação que não coincidem mais com a segmentaridade dura” (D. & G., 2012a [1980], p. 120). O perigo que acompanha essa linha é o da *clareza*: ela pode produzir o efeito nocivo de um “despertar” que produz uma forma de microfascismo: “a segmentaridade flexível corre o risco de reproduzir em miniatura as afecções [...] da

---

<sup>12</sup> Fala-se em primeira, segunda... linhas apenas em uma ordem *expositiva*. Conceitualmente as linhas são simultâneas. A ordem de exposição das linhas, inclusive, difere entre o platô 8 e o platô 9, sendo que no segundo começa-se pela molecular ou flexível (cf. a citação longa que utilizamos) e no primeiro pela molar ou dura (também é esse o caso em *Diálogos* [p. 145]), o que também indica que se trata de uma ordem puramente expositiva. Aqui utilizamos a ordem presente no platô 8 e em *Diálogos*: molar, molecular, fuga.

dura: substitui-se a família por uma comunidade [...] estabelecem-se micro-Édipos, os microfascismos ditam a lei” (2012a [1980], p. 120). Há uma reterritorialização em miniatura daquilo que se encontra já devidamente territorializado nos segmentos duros, produzindo um eterno retorno do mesmo, por mais que não no mesmo nível ou registro. Teríamos aqui a clareza ligada a um *micro*-fascismo, de registro molecular, que remeteria a seu modo à molaridade da linha dura. Entretanto, os autores vão mais longe, e aqui aparece uma importante posição no que diz respeito à nossa problemática: na deriva da clareza o microfascismo ganha certa independência:

a segmentaridade flexível suscita seus próprios perigos, que não se contentam em reproduzir em miniatura os perigos da segmentaridade molar, nem em decorrer destes perigos ou compensá-los: como já vimos, os microfascismos têm sua especificidade, eles podem cristalizar num macro-fascismo, *mas também flutuar por si mesmos sobre a linha flexível*, banhando cada minúscula célula (2012a [1980], p. 120-1. Grifo nosso).

A clareza é um perigo duplo, pois “em primeiro lugar” (2012a [1980], p. 120) ela miniaturiza a “segurança-medo” da linha dura, com “micro-códigos” e “micro-territórios” que formam uma espécie de micro-fascismo que remete a um macro-fascismo; “Mas, *sobretudo*” (2012a [1980], p. 120. Grifo nosso), a clareza pode significar um *fascismo propriamente molecular*, que não remete aos segmentos molares: “Uma multidão de buracos negros pode muito bem não centralizar-se, e ser como vírus que se adaptam às mais diversas situações, cavando vazios nas percepções e nas semióticas moleculares” (2012a [1980], p. 121). Agora as seguranças, pequenas ou grandes, são substituídas pelas pequenas inseguranças, fazendo “com que cada um encontre seu buraco negro e torne-se perigoso nesse buraco, dispondo de uma clareza sobre seu caso, seu papel e sua missão” (2012a [1980], p. 121). O fascismo (ou ao menos uma de suas formas) é colocado pelos autores, pela primeira vez, como fenômeno *própria e independentemente molecular*.

Se a clareza concerne à segunda linha apenas, mas tendo essa dupla potência, o terceiro perigo funcionará pela conjunção da linha molar e da molecular: o *poder* “encontra-se nas duas linhas ao mesmo tempo” (2012a [1980], p. 121). A principal característica do poder é sua própria “impotência” diante das linhas de fuga. Por isso, “o homem de poder não deixará de querer deter as linhas de fuga” tentando “fixar a máquina de mutação na máquina de sobrecodificação” (2012a [1980], p.

121), e isso através da tentativa sempre frustrada de prender-se ao quadro atual das duas primeiras linhas. É algo próximo a uma reprodução do *socius*, que só pode operar a partir da estabilização da linha flexível e do crescimento da segmentaridade social. Por fim, esse perigo é ligado ao fenômeno do totalitarismo (que retomamos na subseção seguinte).

A linha de fuga, a terceira linha, corresponde a “uma espécie de mutação, de criação, traçando-se não na imaginação mas no próprio tecido da realidade social” (2012a [1980], p. 121). A linha de fuga é a linha da desterritorialização, a linha esquizofrênica<sup>13</sup>, a linha que se traça não em direção ao *socius*, mas para além dele, seja ele operado pela máquina territorial de códigos, a máquina de sobrecodificação estatal, ou mesmo a axiomática capitalista — *a linha de fuga será agenciada por outro tipo de máquina: a máquina de guerra*. Nas linhas de fuga, evidentemente, há sempre o “risco” (diferente do “perigo”) de ser recuperada, reterritorializada, risco que ela corre mas que advém, na verdade, das linhas anteriores. O importante, entretanto, é pensar o *perigo imanente* que ela carrega: “o maior dos perigos”, “aquele que mais nos interessa”, é o que se acomete a linha de fuga quando “ao invés de se conectar com outras linhas e aumentar suas valências a cada vez, *ela se transforma em destruição, abolição pura e simples, paixão de abolição*” (2012a [1980], p. 122. Grifo no original). A linha de fuga, potência de mutação, de criação do novo para além da dureza segmentária e mesmo da flexibilidade molecular, perde de vista seu aspecto mutante e criador e vira apenas destruição, atravessando a morte e o suicídio: destruição de todo o resto e de si.

A junção entre esse emaranhamento de linhas e de seus respectivos perigos marca um novo desafio para a esquizoanálise: “não denunciar os falsos desejos, mas, no desejo, distinguir o que remete à proliferação de estratos, ou bem à desestratificação demasiada violenta, e o que remete à construção do plano de consistência (vigiar inclusive em nós mesmos o fascista, e também o suicida e o demente)” (D. & G., 2012a [1980], p. 32). Podemos afirmar, inclusive, que o novelo das linhas e seus perigos marca também uma mutação interna na função política da esquizoanálise: o trabalho da esquizoanálise como pragmática das linhas, no que

---

<sup>13</sup> Em *Mil platôs*, no entanto, a esquizofrenia da linha de fuga é pensada mais pelo personagem conceitual do nômade do que pelo do esquizofrênico, o que é sintoma do deslocamento do registro problemático “libidinal/contra-psicanalítico” de *O anti-Édipo* ao geo-político dos *Mil platôs*. Ainda assim, tanto o esquizofrênico aparece em 1980 quanto o nômade já aparecia em 1972. Se trata menos de uma substituição do que de uma aliança.



concerne ao processo esquizofrênico/às linhas de fuga, torna-se menos a tarefa de explodir a represa, como articulada em *O anti-Édipo*, do que, como um cirurgião, extrair os nódulos cancerígenos do “corpo sem órgãos” ou do “plano de consistência”. Dado esse quadro, podemos avançar ao último sentido ou conceito de fascismo que analisaremos, correspondente ao perigo da linha de fuga tornada “linha de abolição ou destruição pura” operando em um exemplo geo-político: a tomada ou infecção do Estado até o ponto em que ele se torna menos um aparelho de poder, totalitário, conservador, para devir um “Estado suicidário”, objeto de uma espécie de “revolução” mobilizada por uma *máquina de guerra fascista*.

## **2.2 Máquina de guerra, aparelho de captura e “infecção” do Estado pela máquina de guerra: o fascismo de Estado suicidário**

A teoria do fascismo presente em *Mil platôs* só é entendida em sua complexidade levando em conta toda a história universal e a geo-política que perpassa o livro. Dessa forma, o platô 9 - *Micropolítica e segmentaridade*, em que é exposta a tese do fascismo como movimento de Estado suicidário, precisa ser lido ao lado dos platôs 13 - *Aparelho de captura* e, sobretudo, do 12 - *Tratado de nomadologia: a máquina de guerra*. Na verdade, como o essencial da teoria dos autores sobre o Estado e a máquina de guerra está nestes últimos, visto que o fascismo só é pensável através de ambos os conceitos, é necessário ler o platô 9 supondo os outros dois, ou ao menos o 12 (como os autores atentam, o livro pode ser lido ignorando a ordem dos platôs).

A “hipótese da máquina de guerra” é uma das grandes inovações teóricas propostas por Deleuze & Guattari à filosofia política. Na verdade, em uma chave de leitura política, e levando em conta que “antes do ser, há a política” (D. & G., 2012a [1980], p. 85), todo o livro pode ser lido tendo em mente a “oposição” entre a máquina de guerra, nômade, e o aparelho de Estado, sedentário, visto que há duas séries de conceitos que perpassam o livro e que terão afinidade com um desses pólos: ciência nômade, espaço liso, rizoma, *nomos* etc. de um lado; ciência régia, espaço estriado, arborescência, *logos*, *polis* etc., de outro. Essa dualidade serial supõe a força da hipótese, que coloca como seu primeiro axioma: “A máquina de guerra é exterior ao aparelho de Estado” (2012b [1980], p. 12). Passando pela política, noologia, etnologia, mitologia, epistemologia e mais, os autores

desenvolvem a hipótese dessa “máquina” que funciona por vias radicalmente diferentes que as estatais, possuindo outro direito, outra ciência, outra relação com o território e com o espaço: “Sob *todos os aspectos*, a máquina de guerra é de uma outra espécie, de uma outra natureza, de uma outra origem que o aparelho de Estado” (2012b [1980], p. 13. Grifo nosso). Não vem ao caso desenvolver todos esses pormenores aqui; o essencial é saber que a máquina de guerra não será apenas definida como exterior ao Estado, mas como “pura forma de exterioridade”, “potência de metamorfose”, “multiplicidade pura” (2012b [1980], p. 15; p. 13) e será umbilicalmente ligada aos “nômades” como que os seus realizadores (a “data” que acompanha o platô, 1227, remete à morte de Genghis Kahn). Não é à toa, dessa forma, que as linhas de fuga, definidas por sua potência de mutação, remetiam às máquinas de guerra. O aparelho de Estado, de seu lado, será definido por uma “forma de interioridade” e “pela perpetuação ou conservação de órgãos de poder”, sua principal preocupação sendo a de “conservar” (2012b [1980], p. 16; p. 20). O platô 12, entretanto, trata do Estado apenas em sua diferenciação, oposição e relação com a máquina de guerra. É necessário se dirigir ao platô seguinte, *Aparelho de captura*, para termos a teoria do Estado “em si”: Ali ele será definido, como o título já o diz, como um (ou o) aparelho de captura, que se forma como que em um “passe de mágica”, visto que é ele mesmo quem produz aquilo que captura, sendo estes o trabalho, “convertido” da ação livre, a terra, “demarcada” no território, e a moeda, que vem a sobrecodificar os fluxos de troca e dívida que antes passavam sem ela. Esses três “objetos” da captura estatal resultam nos três aspectos de seu estoque: respectivamente, o lucro, a renda e o imposto (é este último o meio de monetarização do campo social e, através dele, inclusive, torna-se possível a medida, a comparação e a acumulação dos outros aspectos).<sup>14</sup> Entretanto, essa concepção de Estado está longe de ser satisfatória, visto que um aspecto pelo qual ele é muitas vezes definido, o poder bélico, lhe está ausente. O Estado enquanto Aparelho de captura pressupõe todos os momentos de sua realização: os aspectos de ordem econômica e estrutural que mencionamos são todos, de certa maneira, criados pelo próprio Estado, em um único movimento, “passe de mágica”, “de um

---

<sup>14</sup> Remetemos o leitor ao quadro em (D. & G., 2012b [1980], p. 149). No presente artigo não há razão para desenvolver em detalhe o funcionamento desses aspectos da captura, mas remetemos o leitor ao comentário exaustivo de Sibertin-Blanc (2016, capítulo 2). Nossa exposição sobre o Estado e a hipótese da máquina de guerra é informada pelo mesmo livro (capítulos 3 e 4), sobretudo por sua explanação sobre a noção de guerra absoluta como Ideia, do general Clausewitz, e seus desdobramentos em Deleuze & Guattari.

só golpe” (o que Sibertin-Blanc [2016] refere como “*arqui-violência*”). O poder bélico, o aparato militar, ou simplesmente a capacidade de fazer guerra, entretanto, não faz parte desse movimento de “auto-suposição”. Pelo contrário, ao menos em um primeiro sentido, o Estado é a negação mesma da guerra, como os autores apontam seguindo as intuições de Hobbes e Clastres (2012b [1980], p. 20). Entretanto, Deleuze & Guattari não negam o caráter bélico que perpassa o Estado, mas em sua teoria a capacidade beligerante é acoplada ao aparelho de Estado por uma via diferente da que os objetos de captura supramencionados: enquanto estes últimos lhe são inerentes, fazendo parte de sua interioridade mesma, a capacidade de efetuar a guerra lhe será exterior, advindo de uma exterioridade (por isso Sibertin-Blanc [2016] a chamará de “*exo-violência*”). Essa exterioridade da qual advém o poder da guerra é, justamente, a máquina de guerra.

Lembremos que a máquina de guerra e o aparelho de Estado possuem origens e funcionamentos diferentes, independentes e opostos. Como o Estado adquire da máquina de guerra sua capacidade para guerrear? Para responder a isso temos que entender antes qual a relação da máquina de guerra com a guerra, bem como com o Estado. A máquina de guerra foi caracterizada acima como pura potência de metamorfose: essa metamorfose se efetua geo-politicamente, dentre outras coisas, pela produção-habitação de um espaço liso, no qual seu movimento pode manter-se livre. Apesar de seu nome, essa é a capacidade essencial da máquina de guerra, antes que a de fazer a guerra. Entretanto, em seu desenvolvimento “histórico”, tendo em vista que a “originalidade” da máquina de guerra é paralela à do aparelho de Captura, ocorre de a máquina de guerra se deparar com um Estado. Este, como vimos, depende de uma pura interioridade e função de conservação, relacionadas aos elementos da captura, e que produz-habita um espaço estriado: tendo em vista as características de cada um, ainda que o encontro entre ambos seja contingente, quando eles se encontram é *necessário* que haja alguma forma de conflito ou tensão, visto que são, *de direito*, incongruentes e incomensuráveis. Deixando a especificidade fascista para depois, neste momento temos dois resultados possíveis do encontro entre máquina de guerra e aparelho de Estado: 1) a máquina de guerra, por causa de seu movimento próprio, acaba por destruir os Estados com os quais se depara. Nesse movimento a máquina de guerra, nômade, potência de metamorfose, lança mão da guerra efetiva e da batalha contra o Estado e seu estriamento e sedentarismo; mas a guerra é aqui ainda externa à própria

máquina de guerra, a relação entre máquina de guerra e guerra sendo “sintética” ou “suplementar” (2012b [1980], p. 109); 2) Se na primeira possibilidade é a máquina de guerra que leva a melhor sobre o Estado, na segunda acontece o contrário. Entretanto, se lá há destruição do Estado pela máquina de guerra, não é o caso de agora termos uma simples inversão: o Estado não tem a capacidade de *destruir* a máquina de guerra pois, lembremos, ele mesmo não tem poder bélico. O que acontece na segunda possibilidade é, antes, a *apropriação* da máquina de guerra pelo aparelho de Estado. A máquina de guerra é colocada para dentro do Estado, posta a seu serviço, e neste movimento passa a ser instituição militar ou exército, o guerreiro devém soldado, e o Estado adquire, finalmente, uma capacidade bélica apta ao enfrentamento externo (contra outros Estados ou máquinas de guerra). É através dessa apropriação pelo Estado, no qual a máquina de guerra já não é a mesma, mas instituição militar, que a relação entre máquina de guerra e guerra se transforma radicalmente: é aí, e somente aí, que a guerra se torna o objeto e o objetivo mesmo da máquina de guerra: a relação se torna *analítica* (2012b [1980], p. 111), visto que é colocada para guerrear *contra* as máquinas de guerra nômades e exércitos de outros Estados a fim de proteger e conservar o Estado que lhe apropriou. Como os autores resumem: “é ao mesmo tempo que o aparelho de Estado se apropria de uma máquina de guerra, que a máquina de guerra toma a guerra por objeto e que a guerra fica subordinada aos fins do Estado” (2012b [1980], p. 111).

Em um primeiro sentido vimos que o Estado não possui a guerra, ou a potência guerreira (ele é justamente sua negação). A máquina de guerra, de sua parte, possui a potência mas não tem a guerra como objetivo em si. Em um segundo sentido, entretanto, o Estado se apropria da máquina de guerra, neutraliza sua potência de metamorfose e a coloca a seu serviço, justamente, fazendo da guerra o objetivo próprio da instituição militar, a *sua* “máquina de guerra”. O conceito de Estado, dessa forma, será formado com uma espécie de tensão constitutiva: se no primeiro sentido o Estado é como uma máquina abstrata de conservação, no segundo temos a realização histórica dessa forma-Estado abstrata. No primeiro trabalhamos com a oposição de direito entre máquina de guerra e Estado, já no segundo trata-se da mistura de fato. O “materialismo histórico-maquínico” do qual fala Sibertin-Blanc (2016) para se referir aos volumes de *Capitalismo e esquizofrenia* nos ajuda a entender esse processo: historicamente (ou de fato) é necessário que o Estado se aproprie da máquina de guerra, mesmo que as máquinas

abstratas de ambos sejam (de direito) independentes e incomensuráveis. É nesse sentido, e por isso, que, ao Estado, o exército “nunca deixará de lhe criar problemas. Donde a desconfiança dos Estados face à sua instituição militar”; e “Do ponto de vista do Estado, a originalidade do homem de guerra, sua excentricidade, aparece necessariamente sob uma forma negativa: estupidez, deformidade, loucura, ilegitimidade, usurpação, pecado” (2012b, p. 17; p. 15). Ou seja, a incomensurabilidade de direito se mantém como tensão e possibilidade de conflito de fato. Essa tensão, colocada pelo ponto de vista do Estado em relação à sua máquina de guerra apropriada, quando invertida pode nos colocar no caminho para a *terceira possibilidade de encontro entre máquina de guerra e Estado*: quando a máquina de guerra não destrói o Estado nem por ele é apropriada, mas quando ela mesma, no movimento fascista, se apropria<sup>15</sup> do Estado à sua maneira, submetendo-o aos seus fins e resultando no “Estado suicidário”.

Se vimos até aqui que, efetivamente, a “máquina de guerra tem uma outra origem, que ela é um agenciamento distinto do aparelho de Estado” (2012a [1980], p. 122), o que pode explicar a tomada do Estado pela máquina de guerra fascista? Esse processo funciona mais como uma *infecção* dos estratos burocráticos, da segmentaridade dura e molar que compõem o aparelho de Estado, do que como uma “captura” deste pela máquina de guerra (a imagem utilizada, não à toa, é a do câncer). Como vimos, é o Estado que é definido pela captura interna e pela apropriação externa, sendo os dois sentidos complementares que formam os Aparelhos de Estado. Avançamos, para pensar a relação da máquina de guerra *fascista* com o Estado, a noção de *contra-captura*: não no sentido de uma captura com outra origem que a estatal, mas como *um processo heterogêneo que enfrenta a seu modo o Aparelho de Captura, se tornando incapturável e inapropriável*.

Temos três condições para a máquina de guerra em seu devir-fascista. A primeira definimos como a condição da *variação ontológica*, enquanto as duas outras compõem as *variáveis pragmáticas* ou estratégicas e derivam do movimento da primeira: a condição da *variação ontológica* é a que marca uma transição interna

<sup>15</sup> É importante diferenciar a ideia da tomada do Estado por uma máquina de guerra (caso do fascismo) da ideia de revolução como “transformação” do Estado pela via de um Partido e/ou de um Programa (caso do socialismo). Deleuze & Guattari (2012b [1980], p. 62, n. 54) atentam que há duas grandes concepções de revolução: uma como “destruição” e outra como “transformação” do Estado. A primeira seria próxima da tradição anarquista, do oriente e da máquina de guerra *nômade*, enquanto a segunda seria socialista, ocidental e operaria por vias demasiado estatais para se manter enquanto máquina de guerra. Aqui, mais uma vez, atentar ao que é de direito e o que é de fato.

na “máquina de mutação” de sua “emissão de *quanta* de desterritorialização” e de “passagem de fluxos mutantes” para o perigo da linha de fuga: “quando ela substitui [...] a mutação pela destruição” (D. & G., 2012a [1980], p. 122; p. 123). Se tínhamos visto que a guerra não constituía o objeto da máquina de guerra, mas era tornada um fim apenas pela captura pelo aparelho de Estado, fazendo-a “uma peça do aparelho sob a forma de instituição militar fixada” (2012a [1980], p. 123), temos agora a situação na qual a guerra é a “queda ou a seqüela da mutação, o único objeto que resta à máquina de guerra quando ela perdeu sua potência de mudar” (2012a [1980], p. 123).

Não é como se a máquina de guerra fascista desejasse ou tivesse o Estado como objeto, afinal, enquanto máquina de guerra ela o tem como inimigo sintético e necessário. Entretanto, quando o plano geo-político é ocupado por aparelhos de Estado a máquina de guerra fascista não pode apenas ignorá-los nem imediatamente destruí-los: ela precisa passar por ele, de algum modo infiltrá-lo e colocá-lo para o seu próprio fim, que é a destruição pura e simples pela linha de fuga de abolição. Nessa situação, a tendência do Estado de se apropriar e neutralizar as máquinas de guerra, diante da máquina de guerra fascista, faz com que o conservadorismo do Estado seja ameaçado intrinsecamente, visto que os seus aparelhos de captura, ao buscarem absorver as linhas destrutivas da máquina de guerra fascista, acabam por jogar para dentro de seu próprio funcionamento essas partículas destrutivas e cancerígenas que vão, pouco a pouco, infectando todo o corpo estatal como um ácido a corroer o seu próprio aparelho. Assim, a contra-captura da máquina de guerra fascista é um tipo de parasitismo do aparelho de Captura, que utiliza seus recursos internos, econômico-estruturais, e “semi-externos”, como a instituição militar, além da violência estrutural de tipo carcerária e policial, para exponencialmente realizar sua tendência de abolição.

Nesse panorama estão imbricadas as duas variáveis pragmáticas que se colocam na tensão entre uma máquina de guerra pulsando em sua linha de destruição e o Estado e sua segmentaridade dura e conservativa. Se os dois de fato entram em choque, não se trata de dizer simplesmente que o Estado se coloca como o último bastião que tentaria destruir a máquina de guerra fascista: por seu movimento de captura e apropriação, ele intenta se apropriar da linha fascista para neutralizá-la. Esta seria a variável estratégica do ponto de vista do Estado: a empreitada neutralizadora e conservadora. De outro lado, entretanto, na verdade a

máquina de guerra é que está a se infiltrar no Estado, ativamente deixando-se “apropriar” e “capturar” por ele (o que já indica uma transformação em relação à fuga da máquina de guerra *nômade*). Essa segunda variável estratégica refere a perspectiva da máquina fascista, em um primeiro sentido, “quando esta se faz apropriar pelo aparelho de Estado” (2012a [1980], p. 123), e, em um segundo sentido, pior ainda, quando ela constrói “para si um aparelho de Estado que não serve mais do que para a destruição” (2012a [1980], p. 123).

É com base nesse aparelho conceitual que, tomando como objeto o nazismo (a partir de um *insight* de Paul Virilio), Deleuze & Guattari irão diferenciar entre um modelo de Estado totalitário e um modelo de Estado propriamente fascista, afirmando que embora o fascismo tenha inventado o totalitarismo estes são fenômenos, de direito, independentes. É nesse sentido que os autores desidentificam totalitarismo e fascismo: “há Estados totalitários sem fascismo, do tipo estalinista ou do tipo ditadura militar<sup>16</sup>” (2012a [1980], p. 100). O totalitarismo, da mesma forma que o Estado, é essencialmente conservador: não é à toa que o perigo do medo referia a segmentaridade estatal e o do poder referia a estabilização da linha dura e da flexível para produzir o totalitarismo. O fascismo, por outro lado, remete à linha de fuga-abolição, e quando se apropria do Estado e o coloca sobre a mesma linha faz com que este devesse “muito menos totalitário do que *suicidário*”, caminhando em direção a um “nihilismo realizado” (2012a [1980], p. 123. Grifo no original). Ainda assim, mais uma vez temos a complicação entre o direito e o fato: ainda que fascismo e totalitarismo remetam a processos abstratos divergentes (conservação e destruição), não quer dizer que a tomada do Estado pela máquina de guerra fascista não possa ser, também, totalitarista, um totalitarismo qualificado. Retomando os perigos das linhas tínhamos que a clareza molecular remetia a um micro-fascismo que poderia se tornar independente: este é retomado para a definição do fascismo como máquina de guerra que se apropria do Estado:

o fascismo é inseparável de focos moleculares, que pululam e saltam de um ponto a outro, em interação, *antes* de ressoarem todos juntos no Estado nacional-socialista. [...] Há fascismo quando uma *máquina de guerra* encontra-se instalada em cada buraco, em cada nicho. Mesmo quando o Estado nacional-socialista se instala, ele tem necessidade da persistência

<sup>16</sup> Aqui poderíamos indicar uma “quarta possibilidade” de encontro entre máquina de guerra e Estado: quando um exército de Estado o toma via golpe militar. Entretanto, nesse caso não se trata verdadeiramente de uma máquina de guerra e o resultado é um totalitarismo antes que um fascismo (ver D. & G., 2012a [1980], p. 123).

desses microfascismos que lhe dão um meio de ação incomparável sobre as ‘massas’ (2012a [1980], p. 100-1. Grifo dos autores).

Nessa rede complexa, atravessada pelas variáveis pragmáticas que colocamos, reaparecem todas as linhas e perigos: o microfascismo em deriva da segunda linha é animado pela linha fascista de abolição e até chega a remeter às linhas duras do Estado — a correlação entre micro e macro-fascismo que alertava o perigo da clareza. Entretanto, no fascismo propriamente dito, quando o Estado devém suicidário, podemos dizer que não é o microfascismo que decorre da segmentaridade dura, mas é fascismo molecular que remete à máquina de guerra fascista. Ainda que o fenômeno do fascismo imbrigue as diferentes linhas, *a linha de abolição tem primazia*: “Era já essa reversão da linha de fuga em linha de destruição que animava todos os focos moleculares e os fazia interagir numa máquina de guerra, em vez de ressoar num aparelho de Estado” (2012a [1980], p. 125). Voltando à questão do totalitarismo, fica claro que, em certo sentido, fascismo e totalitarismo tem uma afinidade, mas ela é apenas secundária, visto que é submetida à máquina de guerra que constrói o Estado como Estado Total apenas para melhor submetê-lo ao seu objetivo de pura destruição. No caso do fascismo a guerra não apenas se torna o objeto mesmo da máquina de guerra como se coloca para além dos interesses de conservação do Estado totalitário, que se torna suicidário: “fazendo passar através dele o fluxo de guerra absoluta que não terá outra saída senão o suicídio do próprio Estado” (2012a [1980], p. 125). Como nos esclarece Sibertin-Blanc,

a especificidade do Estado total Nacional-Socialista não pode ser totalmente determinada sem reconhecer as dinâmicas da guerra virtualmente ilimitada na qual *e através da qual ele realiza sua totalização* — pela militarização da sociedade civil, a mobilização total da população no esforço de guerra, a mobilização ideológica na direção do expansionismo imperialista [...], a conversão da economia inteira em uma economia de guerra pela transição de investimentos em meios de produção e consumo para a produção de meios de destruição (2016, p. 159. Grifo do autor).

Assim, como atenta o autor, a construção de um Estado totalitário pela parte do (nazi-)fascismo não lhe é constitutiva, sendo o primeiro apenas o “objeto ‘sinteticamente’ necessário” do segundo (2016, p. 159).



### 3 Problemas: há uma natureza fascista do Estado? Há uma natureza estatal do fascismo?

Dado esse amplo quadro conceitual que atravessa *Capitalismo e esquizofrenia*, onde conceitos saltam como pulgas a contrapelo, podemos colocar a questão: será que o Estado é, essencialmente, fascista? Por essência ou mesmo natureza não entendemos nenhuma forma de imutabilidade, mas uma maior *afinidade* entre um “objeto” e a “força” que dele se apodera: “uma coisa tem tantos sentidos quantas forem as forças capazes de se apoderar dela. Mas *a própria coisa não é neutra* e se encontra mais ou menos em afinidade com a força que dela se apodera atualmente” (DELEUZE, 2018, p. 13. Grifo nosso). Se não há neutralidade, é porque há toda uma “dinâmica das forças” que separa, qualitativamente, as forças ativas da “produção” e as forças reativas da “antiprodução”, que tendem a se acoplar, formar alianças e estabelecer funcionamentos maquínicos antagônicos uns aos outros. Dado esse sentido de essência como (maior grau de) afinidade, temos de, a partir das formulações de Deleuze & Guattari, tentar definir qual é o tipo de afinidade entre fascismo e Estado: será a essência da “forma-Estado” o conjunto das forças fascistas? *A partir de O anti-Édipo*, o Estado (segundo o modelo do *Urstaat*) aparece como uma máquina de sobrecodificação de tendência conservadora. O fascismo, de seu lado, emerge – em meio à descodificação e desterritorialização generalizada do capitalismo – especificamente como tentativa de fazer o desejo investir no pólo paranóico, na reterritorialização, nos neo-arcaísmos, em pseudo-códigos. Poderíamos dizer, assim, que o conceito de fascismo pode ser considerado afim com o Estado, visto que há uma afinidade entre a operação de sobrecodificação do Estado com a tentativa de reterritorialização dos fascismos, ambos em aliança e ameaçando toda tentativa do desejo de investir revolucionariamente o campo social.

*A partir de Mil platôs* temos um outro diagnóstico do fascismo, quando a máquina de guerra fascista se apropria do Estado e este acaba sendo apoderado por aquela linha destrutiva. Assim, poderíamos afirmar que o Estado tem uma “afinidade essencial” com a linha de destruição fascista? Em um primeiro sentido, parece que não, dado que a tendência de conservação estatal, que lhe é imanente, utiliza a destruição ou a guerra apenas como meio de conservação, não como fim em si. O caso fascista do Estado suicidário já é, tendencialmente, o fim do Estado puramente conservativo: há mudança qualitativa derivada das diferentes forças que

dele se apoderam. No entanto, em um segundo sentido, dado a tendência do aparelho de Estado em absorver a máquina de guerra, ele acaba tendo uma afinidade contingente e parcial com a máquina de guerra fascista, pois em sua tentativa de apropriação e neutralização é o fascismo que lhe contra-captura, introduzindo as células cancerígenas que geram a sua destruição. Essa própria destruição suicida do Estado, por fim, é antes um meio e um acidente do fascismo, visto que o objeto efetivo é a destruição absoluta, de tudo e de todos, o que também contraria a ideia de uma “afinidade essencial” em sentido forte entre os dois.

No livro de 1972 temos a afinidade do Estado com as forças de tendência conservativa e reacionária do fascismo; no de 1980, quando a máquina de guerra se apropria do Estado as forças da contra-captura que ali se conjugam são de essência destrutiva: primeiro o fascismo é pensado como de Estado e totalitário (investimento paranóico na sobrecodificação pela máquina abstrata do Estado Original), depois como Estado suicidário (máquina de guerra (auto-)destrutiva infectando o Estado). Qual diagnóstico é o mais preciso? De todo modo afirmar se o Estado é ou não fascista depende de uma análise pragmática precisa, buscando entender quais tendências e linhas estão sendo atualizadas, o que implica em todo um conhecimento do funcionamento das máquinas desejantes, máquinas de guerra, máquinas sociais e máquinas abstratas em sua co-constituição ontológica, histórica e geo-política. Por exemplo, de antemão, somos alertados para os perigos próprios de uma política de Estado que intente dar nova vida ao *Urstaat* e à sobrecodificação, que se oporia à axiomática capitalista e tentaria mobilizar a produção desejante em um sentido de fuga, apenas para cair na reinvenção de códigos e nos neo-arcaísmos, *à direita e à esquerda*. Ou ainda: tomar cuidado com os afetos puramente anti-estatais e a crítica sem nuance de qualquer segmentaridade dura, pois isso pode produzir os micro-fascismos que a repetem à seu modo ou que correm por si (seja entre anarquistas ou anarco-capitalistas). E ainda, somos alertados a não investir irrestritamente em máquinas de guerra e em seu potencial “nomádico” e “liso”, libertário e anti-estatal, visto que podemos acabar nos colocando em meio a uma empreitada que transmuta toda a criação em pura destruição e abolição: “destruir o sistema!”; “contra tudo isso que tá aí”. Em todos esses casos, sempre o mesmo perigo: impedir todas as linhas de fuga criativas, alegres e produtivas.

## Considerações finais: um devir-fascista global?

Aos ouvidos de nossos amigos deleuzeanos, falar em um devir-fascista pode sugerir, senão uma grave heresia ou erro conceitual, uma provocação, dado que a “revolução molecular” é por definição minoritária, e os devires não poderiam corresponder à qualquer subjetividade maior, como a fascista. Por que conceder a capacidade de devir aos nossos inimigos? Por muito tempo, pareceu correto, estratégica e conceitualmente, afastar a potência do devir daquilo que não reconhecemos como elementos das subjetividades que desejamos construir. Propomos não uma reversão, mas uma leve inclinação nos eixos da questão: antes de falarmos em sujeitos, individualidades, homens brancos, quando falamos de fascismo não estamos falando primeiramente de desejo? Ou melhor, do processo do desejo de se arredar, produzir e reforçar essas formas arcaicas de subjetividade (a forma-homem-branco-hétero-etc. como índice de todas elas), quanto mais caricatas, mais destrutivas? Falar então, em um devir-fascista global seria falar não na capacidade dos fascistas “constituídos” em entrar em devir, mas no processo que leva, cada vez mais, máquinas desejanter e máquinas de guerra fascistas a se constituírem, trocando linhas de fuga por linhas de microfascismo e abolição. O devir-fascista é reativo: mobiliza linhas de destruição em reação à configuração atual das linhas de segmentaridade dura e flexível (daí o seu caráter “revolucionário”); mas também pois a linha de destruição é mobilizada contra qualquer linha de fuga de fato efetiva (daí seu caráter “reacionário”). Assim ele antagoniza com toda a aquarela de devires que buscamos construir em nossas práticas anti-fascistas. O devir-fascista seria, então, o processo aberrante no qual toda a capacidade de devir entraria, ela mesmo, em perigo: estaríamos enredados nessa roda gigante descarrilhada?

Não temos o espaço para uma análise de conjuntura e nem é esse nosso objetivo. Gostaríamos apenas de alertar que o fascismo, fenômeno multifacetado e ambíguo, é um fenômeno de desejo e geo-político complexo, possível de mutações e agenciamentos que ainda não vimos mas que podem já estar em movimento. Enfatizamos que “O desejo é sempre agenciado, ele é o que o agenciamento determina o que ele seja” (D. & G., 2012a [1980], p.122). Sendo assim, falar que hoje a extrema direita mundial (*alt right*) mobiliza determinadas máquinas desejanter e mesmo uma máquina de guerra (neo)fascista parece ser uma afirmação mínima e

coerente com a configuração atual da geo-política global. Na linha das mutações históricas do fascismo, Deleuze & Guattari já nos davam pistas para pensar o fenômeno atual chamado de “neopopulismo”, “neoliberalismo autoritário”, “democracia iliberal” ou, que preferimos, *neo-fascismo*. Além de todos os sentidos de fascismo trabalhados no decorrer do texto, os franceses lançam uma última noção, que é como um sentido excedente, onde já não é bem da mesma coisa que se fala: o *pós-fascismo* — “o fascismo não passa de um esboço, e a figura pós-fascista é a de uma máquina de guerra que toma diretamente a paz por objeto, como paz do Terror ou da Sobrevivência” (D. & G., 2012b [1980], p. 115). Se a máquina de guerra fascista dos anos 1930 se alinhava ao Estado Total e efetivava a Guerra Total entre estados para realizar o fluxo de guerra absoluta, após a Segunda Guerra Mundial a máquina de guerra se coloca em um nível global e transcende essa relação de “uso dependente” com o Estado e Guerra Totais. Assim, as condições de que o fascismo precisava agora “vêm a ser realizadas *sem a guerra total promulgada [enacted]*” (SIBERTIN-BLANC, 2016, p. 161. Grifo no original). O regime da máquina de guerra mundial pós-fascista coloca uma situação em que não há mais guerras, ou melhor, elas não são como antes: reina a “paz terrífica” na qual são efetuadas inúmeras “guerras locais” e o inimigo deixa de ser um exército estatal e devém o “inimigo qualquer” (D. & G., 2012b [1980], p. 116). Deleuze & Guattari escrevem em 1980, mas descrevem o mundo da “guerra ao terror” do século XXI<sup>17</sup>.

Como os neo-fascismos se enquadram nesse contexto pós-fascista? Apenas indicamos algumas pistas: enquanto máquina de guerra fascista, o neo-fascismo infecta os Estados ou as democracias contemporâneas e intenta se apropriar deles por dentro. Estas são sempre alinhados a certo discurso “conservador”, como é o caso com o bolsonarismo, o trumpismo e o orbanismo — máquinas fascistas — que operam no meio de dispositivos tidos como “recuperadores” dos valores estabelecidos, “ameaçados” ou “perdidos”, mobilizando as camadas sociais transversalmente e produzindo um discurso de recuperação do conservadorismo

---

<sup>17</sup> Por motivos de escopo, não podemos desenvolver a relação entre máquina de guerra fascista ou mundial, Estado e capitalismo. Apenas indicamos, com Sibertin-Blanc, que “a autonomia da máquina de guerra global em relação às estruturas de Estado se mantém determinada [...] pelo *grau de autonomia relativa* (não de ‘independência’) do processo de acumulação e reprodução do capital em relação à essas mesmas estruturas” (2016, p. 162-3. Grifo no original). Ou seja, há um paralelo entre a expansão da máquina de guerra mundial, para além dos Estados, e a expansão do “capitalismo mundial integrado” (para usar a expressão de Guattari), que seriam os dois aspectos da chamada “globalização”.

por meio do próprio Estado<sup>18</sup>. Entretanto, escondem-se, assim, as tendências propriamente destrutivas de seu funcionamento enquanto máquina neo-fascista. Junto à “conservação” que esses movimentos pretendem vem a destruição que lhes é essencial: e esta destruição se dirige às próprias instituições estatais, corroendo-as internamente, como é o caso notório dos “anti-ministros” do governo Bolsonaro, mas também se dirige à todas as figuras que devem morrer no processo quotidiano da paz terrífica. Nesse sentido, os neo-fascismos tomam-infectam os Estados e, de acordo com o contexto global “pós-fascista”, não fazem fluir a linha de abolição pela guerra total nem pela totalização do Estado, mas pelos difusos, “abertos” e “moleculares” processos próprios da chamada “sociedade de controle” (DELEUZE, 2013 [1990]), sempre coroados pela vigilância de tipo novo: processos como a “guerra de baixa intensidade”, como é o caso da guerra às drogas e ao “terror”, pela hiper militarização da polícia e policialização dos exércitos, pela aliança com milícias, mercenários e outras figuras infra-legais, assim como pelo combo de punitivismo e encarceramento em massa e pelo armamento ostensivo da população. Como Deleuze & Guattari colocam, a economia política e libidinal fascista faz com que o investimento em meios de destruição e morte<sup>19</sup> se sobreponha ao consumo e ao investimento em produção (D. & G., 2012a [1980], p. 124).

Todo esse maquinário infernal encontra engrenagens também “do lado de cá”, enquanto mesmo os novos corpos que compõem a *old left* Partidária e burocrática parecem apenas reagir, alimentando (mesmo que involuntariamente) as máquinas desejantes e de guerra fascistas (como as máquinas de *fake news* e desinformação em massa, por exemplo), o que não significa que seu funcionamento desejante seja *externo*, ou, para falar em termos políticos, *antagônicos* à máquina de guerra fascista: no nível do desejo, ou você (seus camaradas, seu bando, seu coletivo) faz uma máquina, ou alguma máquina já está fazendo você: isto é, você sempre-já está sendo acoplado a uma máquina, mesmo se involuntariamente. Assim, sem conseguir estabelecer linhas de fuga efetivas às linhas virtualmente destrutivas do (neo)fascismo, você pode estar sendo maquinado por essas mesmas

<sup>18</sup> Lembremos que o agora ex-diretor da Funarte, bolsonarista, já antes de fazer seu discurso mimetizando Goebbels, tenha sugerido aos “artistas conservadores” a mobilização de uma “máquina de guerra cultural”.

<sup>19</sup> Remetemos também ao pequeno texto de Vladimir Safatle (2020), que utiliza a noção de Estado Suicidário para pensar o Brasil bolsonarista, sobretudo perante a anti-gestão do governo no “enfrentamento” da pandemia de coronavírus.

máquinas fascistas, investindo em suas linhas de abolição e, no âmago sempre descentrado de seu desejo, desejando tudo isso.

## Referências

AMARAL, Augusto Jobim do; FIEDLER, Cássia Zimmermann. (Orgs). *Fascismos: leituras, montagens e agenciamentos*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021. Disponível em: <https://www.fundarfenix.com.br/ebook/105montagenseagenciamentos>. Acesso em setembro de 2021.

EVANS, Brad & REID, Julian. Introduction: Fascism in all its forms. in: EVANS, Brad & REID, Julian (Eds.). *Deleuze and Fascism: Security: war: aesthetics*. New York: Routledge, 2013, p. 1-13.

DELEUZE, Gilles. *Foucault*. Trad. Claudia Sant'Anna Martins. 2ª ed. Brasiliense: São Paulo, 1991.

DELEUZE, Gilles. *Post-Scriptum* sobre as sociedades de controle [1990]. In: *Conversações*. Trad. de Peter Pál Pelbart. 3ª ed. São Paulo: Editora 34, 2013, p. 223-30.

DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a filosofia*. Trad. Mariana de Toledo Barbosa e Ovídio de Abreu Filho. São Paulo: n-1 edições, 2018.

DELEUZE, Gilles & Félix GUATTARI. *O anti-Édipo* [1972], Tradução de Luiz Orlandi, São Paulo: Editora 34, 2010.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. Félix Guattari: entrevista sobre *O anti-Édipo* com Raymond Bellour [1973]. In: DELEUZE, Gilles. *Cartas e outros textos*. Org: David Lapoujade. Trad. de Luiz Orlandi, São Paulo: n-1 edições, 2018, p. 197-238.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2* [1980], v. 1. São Paulo: Editora 34, 2014.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2* [1980], v. 3. São Paulo: Editora 34, 2012a.

DELEUZE, Gilles. *Mil platôs – Capitalismo e esquizofrenia 2* [1980], v. 5. São Paulo: Editora 34, 2012b.

DELEUZE, Gilles & PARNET, Claire. *Diálogos*. Trad: Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1998.

FORTES, Felipe; PIROLA, Émerson. Entre máquinas desejantes e máquinas de guerra: concepções de fascismo em *O anti-édipo* e *Mil Platôs*. In.: AMARAL, Augusto Jobim do; FIEDLER, Cássia Zimmermann. (Orgs). *Fascismos: leituras,*

*montagens e agenciamentos*. Porto Alegre: Editora Fundação Fênix, 2021, p. 59-100. DOI: <https://doi.org/10.36592/9786587424910-03>.

FORTES, Felipe; PIROLA, Émerson. É o capital um acelerador? Aceleração das forças produtivas como fuga e antagonismo. *Das Questões*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 22-60, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/dasquestoes/article/view/34931>. Acesso em setembro 2021.

GUATTARI, Félix. *Chaosophy: Texts and Interviews, 1972–1977*. ed. Sylvère Lotringer, New York: Semiotext(e), 2009.

HUI, Yuk. On the Unhappy Consciousness of Neoreactionaries. *e-flux journal* #81 – abril 2017.

LAND, Nick. *Fanged Noumena: Collected Writings 1987-2007*. ed. Robin Mackay & Ray Bressier. New York: Urbanomic/Sequence press, 2011.

LORDON, Frédéric. *Willing Slaves of Capital - Spinoza and Marx on Desire*. Translation by Gabriel Ash. London: Verso Books, 2014.

MARX, Karl. *O Capital – Crítica da Economia Política: Livro I – O processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2015.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. *Manifesto Comunista*. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Boitempo, 2002.

NOYS, Benjamin. *Malign Velocities: Accelerationism and Capitalism*. Winchester: Zero Books, 2014.

SAFATLE, Vladimir. *Bem vindo ao Estado suicidário*. (Coleção pandemia crítica) n-1. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/23>. Acesso em: outubro de 2020.

SIBERTIN-BLANC, Guillaume. *State and politics: Deleuze and Guattari on Marx*. Translated by Ames Hodges. Los Angeles: Semiotexte/Smart Art, 2016.

*Recebido em: 29/09/2021.  
Aprovado em: 30/11/2021.  
Publicado em: 30/11/2021.*